

**Daniele Ellery Mourão. *Identidades em Trânsito: África 'na Pasajen': Identidades e Nacionalidades Guineenses e Cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita. 2009. 208 pp.**

O título do livro chama o leitor a contemplar o percurso argumentativo para que nos leva a autora. Numa época em que surgem diversos estudos sobre estudantes dos PALOP em universidades brasileiras, *Identidades em Trânsito* vem contribuir com importantes reflexões sobre esse fluxo. Mergulhada em questões ligadas à construção de identidades de cabo-verdianos e guineenses que estudaram nessas universidades, Daniele Mourão mostra o trânsito desses estudantes entre seus países de origem e o Brasil e como eles repensam seu lugar no mundo através de olhares perspectivados no contexto brasileiro. É no retorno que aparecem mais evidenciadas as possibilidades de “conferir novos sentidos a suas identidades e nacionalidades” (p. 17).

O livro está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. A obra é acompanhada de um belo filme (em DVD), no qual podemos ver e escutar algumas das pessoas entrevistadas pela autora. Na Introdução, há um breve relato histórico sobre a formação do Estado-nação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, países que tiveram um passado de encontros e desencontros na sua luta pela independência. Através da descrição dos conflitos entre esses países, a autora traça muitos dos conflitos identitários vividos pelos estudantes ao repensar sua história no contexto de deslocamento estudantil. Ainda na Introdução, retoma a discussão de Anderson (*Nação e Consciência Nacional*, 1989) em relação às peregrinações educacionais e administrativas, que foram responsáveis pela idéia de pertencimento a uma nação entre aqueles que saíam de seus países para tais empreendimentos. Além deste autor, Mourão dialoga com Gellner (*Nações e Nacionalismo*, 1993) e Mendonça (*Os Impasses no Processo de Construção dos Modernos Estados Africanos*, 2004), que pensaram a importância de analisar o sistema educacional nas colônias africanas, pois ele permitiu a existência de um “instrumento de transmissão e reprodução dos ideais do Ocidente” (p. 22).

O capítulo 1, “Por uma questão nacional”, discute termos e conceitos construídos num contexto histórico de constituição de Estados-nação, tais como de-

mocracia e nacionalismo, e aponta os enfoques de estudiosos cujo interesse é compreender a formação desses Estados. A autora argumenta que quase todos os estudos sugerem que esse foi um fenômeno possibilitado pela “modernidade”, que trouxe com ela a “idéia de pessoa, de indivíduo, cidadão, ser social e autônomo, dono de seus atos, do seu presente e futuro” (p. 33). Um ponto forte deste capítulo é a forma como são expostas e discutidas as vivências entre os estudantes guineenses e cabo-verdianos com quem a autora conversou das tensões e dos conflitos advindos dos ideais nacionalistas de unidade política em seus países. Esta via dá o tom etnográfico da obra, possibilitando ao leitor entender melhor, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, como estes articulam suas experiências de transformação identitária no contexto histórico de construção da nação. Assim, é ressaltada a importância do deslocamento dos primeiros estudantes para as metrópoles na formação de grupos que se envolveram mais tarde com os movimentos de independência de seus países. Língua e educação configuraram, nesse cenário, papel essencial na construção dos nacionalismos, cuja roupagem era a homogeneização dos modos de ser para se construir uma identidade nacional. Foram justamente os estudantes, líderes dos movimentos revolucionários, quem esteve à frente dos processos de construção de Estados não mais ligados ao regime colonial.

O capítulo 2, intitulado “Identidades: o ponto de vista dos cabo-verdianos”, consiste numa discussão sobre como os estudantes cabo-verdianos que se formaram no Brasil concebem suas identidades, que idéia têm sobre o processo de independência do seu país e como articulam esses elementos ao falar do tipo de colonização aí ocorrido. A autora aponta que muitos dos discursos daqueles que voltaram do Brasil após terminarem seus cursos privilegiam símbolos identitários, como “‘raça’, língua, religião e nacionalidade” (p. 71), para mostrar seu pertencimento nacional, sua cabo-verdianidade. Muitos cabo-verdianos comentaram uma tensão entre serem mais europeus ou mais africanos, e referiram a miscigenação como uma das explicações para a diluição da identidade africana no arquipélago crioulo. O capítulo debate, então, teorias sobre mestiçagem e assimilação. A vivência no Brasil como forma de se aproximar de uma “africanidade” foi um elemento recorrente nas falas dos cabo-verdianos: “Foi o deslocamento, a possibilidade do trânsito identitário, que permitiu a construção desta categoria nativa, com um olhar voltado para suas ‘origens africanas’ a partir do Brasil” (pp. 104-105).

No capítulo 3 (“Diversidade étnica e múltiplas identidades na Guiné-Bissau”), há uma discussão similar à do caso apresentado no capítulo anterior. Os estudantes guineenses que voltaram chamam a atenção para um sério problema em seu

país: a existência de conflitos étnicos envoltos na política. Para aqueles que se formaram no Brasil, a questão mais urgente na Guiné-Bissau é como gerir esses conflitos. A autora se posiciona em relação a esse ponto, argumentando que o projeto de construção de uma nação guineense deu-se através da aproximação de todas as etnias contra o poder colonizador, já que estas não encontravam respaldo em seus sistemas de parentesco, um dos elementos basilares para a conformação de princípios identitários. Em determinado momento do capítulo, esta análise é ampliada para o continente africano. A autora retoma do capítulo 1 a discussão do processo de “balantização”, fenômeno que ganhou força quando um balanta construiu seu discurso para as eleições presidenciais sobre os valores da sua etnia. Assim, “sua estratégia foi apoiada pelos balantas, que são majoritários em número na Guiné-Bissau e nas Forças Armadas” (p. 141). Especificamente em relação à formação acadêmica, os ex-estudantes relatam que algumas vezes tiveram dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, pois houve uma “incompatibilidade dos referenciais culturais e intelectuais – ressignificados com a vivência no Brasil” (p. 159). Entretanto, atribuem ao ensino superior grande importância, no sentido de terem se tornado parte da elite intelectual do país, com capacidade de gerar mudanças no quadro político. Além disso, a autora pontua que obter um título de ensino superior mexeu de forma significativa com o status das famílias guineenses, já que na época colonial somente os cabo-verdianos e descendentes tinham possibilidade de trilhar esse caminho.

A Conclusão é uma retomada de vários pontos desenvolvidos nos capítulos precedentes, além de uma rápida e interessante discussão sobre os pressupostos limites demarcados entre tradição e modernidade. Há uma reflexão sobre a inserção de Cabo Verde e da Guiné-Bissau num cenário internacional onde imperam as desigualdades de acesso a recursos de várias ordens. O tema do livro, nesse sentido, disponibiliza instrumentos relevantes para pensar alianças recentes entre o Brasil e países africanos. São esses acordos de política externa que permitem, em grande medida, o repensar de si próprio que faz com que muitos estudantes participantes dos convênios de formação universitária reconfigurem suas identidades. O livro é de leitura obrigatória para aqueles cujas pesquisas tangenciam temas relacionados com os PALOP, o deslocamento estudantil, transformações identitárias e o cenário contemporâneo de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Sara Santos Morais  
Universidade de Brasília, Brasil  
sarasmorais@gmail.com